

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

ATIVO			PASSIVO			
	Nota	2016	2015	Nota	2016	2015
CIRCULANTE...		19.130	17.797	CIRCULANTE...	1.106	989
Disponibilidades		348	95	Outras obrigações	8	1.106
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	18.068	17.308	Fiscais e previdenciárias		469
Operações compromissadas		18.068	17.308	Diversas		739
Outros créditos	7	714	394	Exigível a longo prazo	8	17
Diversos		714	394	Outras obrigações		17
Realizável a longo prazo	7	324	695	Diversas		17
Outros créditos		324	695	Patrimônio líquido		18.036
Diversos		324	695	Capital:		11.867
Permanente...		483	550	Capital Social		11.867
Imobilizado de arrendamento	6	483	550	Reserva legal		683
Bens arrendados		1.399	1.531	Outras		643
Depreciação acumulada		(916)	(981)		6.281	5.526
TOTAL DO ATIVO		19.937	19.042	TOTAL DO PASSIVO		19.937
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014...	11.867	599	4.685	17.151
Lucro líquido do exercício		-	885	885
Destinação do lucro:				
Reservas Especiais de Lucro	-	841	(841)	-
Reserva legal	-	44	(44)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015...	11.867	643	5.526	18.036
Lucro líquido do exercício		-	795	795
Destinação do lucro:				
Reservas Especiais de Lucro	-	755	(755)	-
Reserva legal	-	40	(40)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016...	11.867	683	6.281	18.831
Saldos em 30 de junho de 2016...	11.867	660	5.852	18.379
Lucro líquido do semestre		-	452	452
Destinação do lucro:				
Reservas Especiais de Lucro	-	429	(429)	-
Reserva legal	-	23	(23)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016...	11.867	683	6.281	18.831
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) iniciou suas atividades em 2000, tendo por objeto social a prática de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares em vigor, inerentes as sociedades de arrendamento mercantil, bem como a participação em outras sociedades.

As demonstrações financeiras do exercício de 2016, foram aprovadas pela diretoria em 31 de janeiro de 2017.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstancial no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25 e 33).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, considera a Portaria MF nº 140/84, que considera como abaixo:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período; e
- O ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b. Estimativas contábeis

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas contábeis e premissas incluem o valor residual do ativo permanente, a provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de arrendamento mercantil, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Sociedade revisa as estimativas e premissas mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

d. Ativos circulante e realizável a longo prazo

Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Créditos tributários

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, as diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos às alíquotas de 15%, acrescida de 10% de adicional para o imposto de renda e de 20% para a contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituidos.

Ativos contingentes

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com o seguinte aspecto:

- Depreciação do custo dos bens arrendados reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil do bem considerando, quando aplicável, uma redução de 30% na referida vida útil para pessoa jurídica, segundo o determinado pela Portaria MF nº 140/84, sendo: pessoa física - 20% ao ano (vida útil de 60 meses) e pessoa jurídica - 28,57% ao ano (vida útil de 42 meses).

- Diferido refere-se a perdas de arrendamento, sendo a amortização das perdas de arrendamento mercantil reconhecida pelo prazo da vida útil remanescente dos bens arrendados.

e. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

- Imposto de renda - 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício.
- Contribuição social - 20% sobre o lucro tributável.
- O imposto de renda diferido, são calculados sobre a superveniência de depreciação.

Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável.

As obrigações legais cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisoriadas.

Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridas.

4. SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações atendem às normas do BACEN, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular nº 1.429/89, do BACEN, a Sociedade registrou o valor classificado em insuficiência de depreciação durante o exercício de 2016 no valor de R\$ 67 (R\$ 200 em 31 de dezembro de 2015), classificada em despesas de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado da provisão para superveniência de depreciação, no montante de R\$ 483 (R\$ 550 em 31 de dezembro de 2015), está classificado em Imobilizado de Arrendamento.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCIERAS DE LIQUIDEZ

Representado por operações compromissadas:

	2016	2015
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	17.308
Aplicações em depósitos interfinanceiros-Ligadas	18.068	-
Total	18.068	17.308

6. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	2016	2015
Veículos e afins...	1.399	1.531
Superveniência de depreciação	483	550
Total	(1.399)	(1.531)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

Nota	Exercícios		
	2016	2016	2015

Receitas da intermediação financeira	1.209	2.387	2.360
--------------------------------------	-------	-------	-------

Operações de arrendamento mercantil	24	67	277
-------------------------------------	----	----	-----

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.185	2.320	2.083
--	-------	-------	-------

Despesas da intermediação financeira	(24)	(67)	(200)
--------------------------------------	------	------	-------

Operações de arrendamento mercantil	4	(24)	(200)
-------------------------------------	---	------	-------

Resultado bruto da intermediação financeira	1.185	2.320	2.160

<tbl_r cells



Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 03.634.239/0001-01

filial a

 ASOCIAÇÃO BRASILEIRA
 DAS EMPRESAS DE LEASING

Avenida Senador Roberto Simonsen, 304 - CEP: 09530-401 - Santo Antonio - São Caetano do Sul - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A DIRETORIA

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/0-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionista da
Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - São Caetano do Sul - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa das demonstrações financeiras 2 e 3. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do período e do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação

à Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

 Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/0-6

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017

Giuseppe Masi
 Contador CRC 1SP176273/0-7